



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS
SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HÍDRICOS

**DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE HÍDRICA SUBTERRÂNEA -
DDHS**

Nº 260/2.011

A SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HÍDRICOS DE GOIÁS, com base no que consta o Processo nº. 9113/2011-20.720, DECLARA:

Art. 1º - A existência de disponibilidade hídrica subterrânea a **RENATO GAMA**, CPF nº. 478.822.391-00 e nº. de RG 2666289-SSP/GO, através de perfuração de um poço tubular profundo não perfurado, com profundidade de 100 m (cem metros), localizado na Av. JK, Nº700, quadra B, lote 7, Centro, no ponto de coordenadas geográficas 15°44'38.14"S / 49°51'0.34"W, município de Heitorai, Estado de Goiás, para derivação durante até 12 horas por dia de 5.000 l/h (cinco mil litros por hora), no caso de se confirmar a vazão provável constante do processo citado.

Art. 2º - A disponibilidade hídrica, objeto desta Declaração, vigorará pelo prazo de até 01 (um) ano, a contar da assinatura da declaração, e poderá ser renovada por igual período, mediante solicitação por escrito e justificativa.

Art. 3º - O usuário deverá informar previamente, via ofício, a data da perfuração e realização do teste de bombeamento.

§ 1º Deverá ser instalado hidrômetro para controle das vazões retiradas.

§ 2º - A realização de Teste de Vazão deverá ser agendada com antecedência mínima de 10 dias úteis para possibilitar acompanhamento por técnicos designados pela SEMARH.

§ 3º - Deverá ser apresentado Relatório do Teste de Vazão, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a conclusão da perfuração do referido poço, cujos estudos preliminares têm como Responsável Técnico, perante o Governo do Estado de Goiás, o GEÓLOGO João Ferreira de Sousa, CREA nº. 4.384/D-GO.

§ 4º - O Teste de Vazão, assim como a respectiva Ficha Técnica, deverá ser assinado por profissional habilitado e devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA-GO, acompanhados da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica.

Art. 4º - Esta declaração não permite o uso dos recursos hídricos subterrâneos, que somente poderá ser iniciado após a emissão da necessária outorga de direito de uso.